

O.G. Freire, Americo
Imprensa católica e a questão democrática brasileira: a crise política nas páginas de O São Paulo[1]
História Unisinos, vol. 22, núm. 1, 2018, -, pp. 125-133
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.4013/htu.2018.221.10>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579862686011>

Imprensa católica e a questão democrática brasileira: a crise política nas páginas de *O São Paulo*¹

The Catholic press and the issue of democracy in Brazil:
The political crisis in the pages of *O São Paulo*

Américo O.G. Freire²

americo.freire@fgv.br

Resumo: Apresento, neste trabalho, algumas reflexões acerca do posicionamento de importantes segmentos da Igreja Católica referente à crise político-institucional brasileira dos últimos anos. A pesquisa está referenciada na “História do Tempo Presente”, problematiza a presença da instituição no contexto da construção democrática brasileira das últimas décadas e tem como objeto a cobertura realizada por *O São Paulo* – importante veículo de comunicação católico – relativa aos protestos de junho de 2013 e ao processo que resultou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016.

Palavras-chave: imprensa, política, Igreja Católica, democracia, *impeachment*.

Abstract: In this paper, I present some reflections on the positioning of important segments of the Catholic Church regarding the Brazilian political-institutional crisis of recent years. The research is related to the “History of Present Time”, problematizes the presence of the institution in the context of the Brazilian democratic construction of the last decades and its object is the coverage made by the *O São Paulo* – important vehicle of Catholic communication – related to the protests of June of 2013 and the process that resulted in the impeachment of President Dilma Rousseff in 2016.

Keywords: Press, Politics, Catholic Church, Democracy, Impeachment.

Nos últimos anos, na esteira do recrudescimento do conflito político no país, consubstanciado na polarização político-partidária e na intolerância contínua e cotidiana presente nas ruas e redes sociais, tem avançado, na academia e nos meios de comunicação, o debate público em torno do papel das instituições e da imprensa nesse processo.

Neste texto, tendo em vista nutrir esse debate, objetiva-se desenvolver algumas reflexões a respeito da maneira pela qual importantes segmentos da Igreja Católica têm acompanhado e avaliado a recente conjuntura político-social brasileira. Para tal, a investigação recai sobre a cobertura que foi realizada por um dos mais importantes veículos da imprensa católica – o semanário *O São Paulo*, produzido há 61 anos pela Arquidiocese de São Paulo.

O artigo está dividido em quatro seções. Na primeira, constam os parâmetros de análise; apresenta-se um breve perfil do periódico e explicita-se o

¹ Apoio: CNPq e FAPERJ.

² Fundação Getúlio Vargas. Escola de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Praia de Botafogo, 190, 14º andar, 22250-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Este artigo expressa a opinião do autor, não representando necessariamente a opinião institucional da FGV.

roteiro de questões que serão exploradas. Nas seguintes, analisa-se a cobertura do jornal em duas conjunturas políticas significativas, cobrindo os anos de 2013 a 2016. Na última, promove-se breve balanço dos principais temas aqui tratados com vistas a pensar em futuros caminhos de investigação.

Parâmetros de análise e roteiro de questões

O presente texto dá continuidade a um conjunto de pesquisas que temos realizado em torno da “invenção democrática” brasileira das últimas três décadas, quando, por meio de abordagem tributária da História Política e da História do Tempo Presente, nos debruçamos no estudo da participação de diferentes atores e instituições nesse processo sabidamente aberto e inconcluso. Em nossas investigações, emprega-se a noção “invenção democrática” tendo em vista especialmente as proposições de Lefort (1991, 2010), Przeworski (1994), Rosanvallon (2010), Rancière (2014) e Canêdo (2005). Sobre o caráter próprio e a dinâmica da “democratização brasileira”, nos referenciamos em Santos (1998, 2006, 2017), Holston (2013) e Oliveira e Rizek (2007). Temos nos nutrido ainda das reflexões de Rémond (1996) e Berstein e Milza (1998) para nos orientar no vasto campo da História Política, assim como das reflexões de Bédarida (1996), Prost (1993), Hobsbawm (1993), Ferreira (2002, 2012) e Fico (2012), entre outros, em nossas investigações no território da História do Tempo Presente.

Temos privilegiado, nos últimos anos, o estudo da presença de segmentos do catolicismo junto à opinião pública e a movimentos sociais e políticos no período histórico em tela, a par do uso mais amiúde da imprensa em nossas investigações, seja como fonte de informações, seja como um ator, com agenda própria, a modelar e a influir na realidade social. A esse respeito em particular, nos pautamos no estudo clássico de Capelato e Prado (1980), em Bastos *et al.* (2006) e nas reflexões metodológicas de Luca (2008), entre outros. Nesse percurso, adveio a proposta de nos determos na cobertura de um órgão da imprensa católica frente aos tempos de crise que ora estamos enfrentando.

Iremos lidar com o objeto mobilizando alguns referenciais de análise. O primeiro deles diz respeito ao papel que a Igreja Católica vem assumindo no espaço público brasileiro desde o fim da chamada “década gloriosa”, entre Medellín (1968) e Puebla (1979) (Souza, 2004, p. 83; Beozzo, 1993, p. 115-150), e o advento de um contínuo e pertinaz processo de enquadramento promovido pelo Vaticano, durante os pontificados de João Paulo II

e Bento XVI, e que foi vislumbrado e resumido por João Batista Libanio na expressão “a volta à grande disciplina” (Libanio, 1983). Dentre outros desafios, estiveram – e estão – na agenda institucional questões como: (1) qual seria o principal eixo de uma nova política pastoral que iria substituir a Igreja de dom Helder Câmara e dom Paulo Evaristo Arns – profética e comprometida com os pobres?; (2) como reforçar e manter a unidade da instituição frente ao avanço das Igrejas evangélicas pentecostais?

Odilo Scherer, arcebispo metropolitano de São Paulo desde 2007, é um dos principais nomes da nova geração de prelados que vem ditando os rumos da Igreja Católica no país. Em 2003, então bispo auxiliar de São Paulo, foi eleito para o cargo estratégico de secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), vindo a se destacar como bom administrador (BBC Brasil, 2013). Homem de confiança de Bento XVI, foi nomeado pelo papa para exercer várias funções no Vaticano, entre as quais a de membro do importante “Pontifício Conselho para a Promoção da Nova Evangelização”, um dos carros-chefes da gestão do papa. Durante o conclave para eleger o sucessor de Bento XVI, em 2013, o nome de dom Odilo foi bastante veiculado pela imprensa internacional e nacional.

Como dom Odilo é visto e representado nos jornais e nos meios acadêmicos? Como situá-lo nos debates que se processam no interior da Igreja? Não há consenso sobre isso. Segundo Thiago Herdy (2013), jornalista do jornal *O Globo*, em reportagem assinada às vésperas da resolução do conclave de 2013, ele é visto como um prelado conservador, alinhado à Cúria Romana e uma das principais vozes na condenação de casamento de pessoas do mesmo sexo, do aborto e de pesquisas com células-tronco. Herdy o retrata como crítico à Teologia da Liberação, ainda que favorável a uma atuação efetiva da Igreja na luta contra a injustiça social.

John Allen Jr (2013), também naquela mesma conjuntura, desenhou um perfil um pouco mais matizado do arcebispo de São Paulo, destacando, entre seus atributos, a capacidade de, em poucos anos, ter construído uma reputação na Igreja de homem pragmático e propenso ao diálogo e à negociação. O jornalista o apresenta como um defensor ardoroso em ações em “defesa da vida” e em combate frontal ao aborto, ao mesmo tempo que não o identifica como um típico membro do tradicionalismo católico, dado que se mostra aberto em promover a modernização das operações do Vaticano. Por fim, Allen (2013) chama atenção para a personalidade convencional e cautelosa de dom Odilo, o que faz com que “poucas pessoas realmente o descreveriam como ‘dinâmico’ ou ‘carismático’. Isso é verdade não apenas sobre o seu estilo pessoal, mas também sobre o tipo de catolicismo que está disposto a abraçar”.

Sérgio Coutinho é historiador e estudioso das transformações por que passam a Igreja católica romana e brasileira nas últimas décadas. Em suas análises, ele tem revisto o emprego de categorias de análises que costumam dividir o episcopado brasileiro sob a ótica da atuação político-ideológica – os chamados *conservadores*, *moderados* e *progressistas* – e propõe uma tipologia que leva em conta pressupostos teológicos sobre Cristologia, Eclesiologia e Antropologia Cristã. Para ele, os bispos se dividem em: (1) *Neopelagianos*, ou seja, aqueles assim descritos pelo Papa Francisco em *Evangelii Gaudium* – “são autorreferenciais” que focam na “segurança doutrinal ou disciplinar” com forte pretensão de dominar o espaço da Igreja” por meio de “um cuidado exibicionista da liturgia, da doutrina e do prestígio da Igreja”; (2) *Neoagostinianos*, vistos também como autorreferenciais, “possuem uma postura cautelosa na relação Igreja-mundo, defendem a ‘identidade católica’ com foco cristocêntrico [...] e um arraigado eclesiocentrismo normativo (clericalismo e corporativismo)”; (3) *Neotomistas*, ou seja, têm o Reino de Deus como centro e estão comprometidos “com a missão de pregar, servir e testemunhar o reinado de Deus na história dos homens e no mundo dos pobres, e se identificam muito com o projeto do papa Francisco de uma ‘Igreja em saída’ (*Evangelii Gaudium* 49)” (Coutinho, 2015).

Em suas análises a respeito da balança de poder na Igreja brasileira, levando em consideração as eleições realizadas em 2015 na CNBB, Coutinho vê dom Odilo Scherer com um perfil mais próximo dos dois primeiros grupos que têm como marca comum uma postura reservada e mais voltada para os problemas eclesiásticos que devem ser enfrentados “*interna corporis*”. Acompanhamos, neste texto, essas proposições de Coutinho.

Para além dessas classificações, o fato é que dom Odilo Scherer tem se mantido como uma figura de proa na instituição e como tal seu trabalho pastoral deve ser examinado com cuidado e em detalhes. À frente da Arquidiocese de São Paulo há cerca de 10 anos, ele tem n’*O São Paulo* um importante instrumento de divulgação da sua gestão.

Malgrado sua importância e longevidade, *O São Paulo* tem sido objeto de poucos trabalhos de natureza acadêmica, seja no campo da Comunicação/Jornalismo, seja no das Ciências Sociais/História. A produção sobre o jornal, de uma maneira geral, está focada em sua “fase heroica”, qual seja, quando, pelas mãos do arcebispo dom Paulo Evaristo Arns (1970-1998), veio a se transformar em poderoso instrumento de combate à ditadura militar

brasileira. Em razão disso, o jornal foi alvo frequente da censura do regime.³

O semanário foi uma das peças-chave da política pastoral de dom Paulo que teve como principal diretriz promover a aproximação da Igreja às grandes massas da maior cidade brasileira. Foi nesse contexto que o cardeal de São Paulo veio a se tornar um dos líderes da chamada “ala progressista” da Igreja Católica, a qual, nas décadas de 1970 e 1980, deu amplo respaldo à Teologia da Libertação (Sydow e Ferri, 1999).

Dom Cláudio Hummes (1998-2006) e dom Odilo Scherer (2007-...) – os sucessores de dom Paulo – optaram por adotar uma política mais discreta e consoante com as diretrizes disciplinadoras emanadas pelo Vaticano, seja nos tempos de João Paulo II, seja nos de Bento XVI, conforme referido acima. Essas novas orientações de cunho político-pastoral foram – e têm sido – transpostas diretamente para a linha editorial do semanário.

O São Paulo, nos últimos anos, tem sido impresso em formato tabloide de 24 páginas e comporta um conjunto variado de seções e colunas.⁴ A par da divulgação da agenda político-pastoral da Igreja paulista, há também a presença de temas internacionais, de reportagens sobre questões inter-religiosas, etc. Há ainda seções específicas com notícias de cada diocese. Nas páginas 2 e 3 – espaço nobre do semanário – há um editorial escrito sob a responsabilidade da direção do jornal e que dita o tom político-pastoral da publicação; há artigos de opinião de membros da Igreja ou de intelectuais; e uma seção permanente intitulada “Encontro com o pastor”, com foto, artigo ou entrevista com dom Odilo Scherer. Em todas as edições do veículo, há imagens e uma palavra do cardeal. Mais adiante, há ainda a seção “Fé e cidadania”, a qual costuma tratar de temas políticos e sociais e que não expressa necessariamente o posicionamento da arquidiocese.

Na pesquisa ora em curso, temos concentrado a atenção em colunas, reportagens, editoriais e entrevistas que tratem de maneira explícita sobre a conjuntura crítica que o país vem atravessando nos últimos anos. Para fins de recorte de análise, escolhemos concentrar a pesquisa em dois momentos-chaves: os protestos de junho de 2013 e as disputas em torno do *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff.

Dois serão os níveis de análise. Um deles se volta para um exame da cobertura em si, ou seja, verificar-se-á como as seções acima referenciadas lidaram com determinados fenômenos. Há alguma pluralidade de abordagem? Estão presentes visões/concepções políticas diversas sobre a crise?

³ Três trabalhos podem ser vistos como seminais para o estudo de *O São Paulo*, a saber: Pereira (1982), Fadul (1986) e Lanza (2006). Também começa a ganhar fôlego o estudo da chamada “imprensa católica” em suas conexões com a “imprensa comunitária”. A esse respeito, consultar a dissertação de mestrado de Weber (2009).

⁴ Parte da coleção do semanário está disponível na internet no sitio <http://www.arquidiocesedesao paulo.org.br/jornal-o-sao-paulo>

A par de uma abordagem voltada para o exame dos elementos que compõem a narrativa do veículo, faz-se mister enfrentar pelo menos três questões incontornáveis, a saber: (1) Como a Igreja de São Paulo lidou com esses dois eventos extraordinários? Como avaliou e como se posicionou? (2) Exerceu – ou procurou exercer – algum tipo de mediação entre as partes? Que tipo de recomendação fez para os fiéis naquele contexto? (3) E, por fim, produziu diagnósticos e prognósticos sobre a crise e seus eventuais efeitos para os rumos da democracia no país?

As jornadas de junho sob a ótica da Igreja Católica

“O gigante acordou”. Esse lema – que alude à letra do hino nacional (“gigante pela própria natureza”) – esteve presente em enormes movimentos que ocuparam ruas e avenidas de São Paulo, do Rio de Janeiro e de inúmeras cidades brasileiras em junho de 2013, às vésperas da realização de um evento esportivo – A Copa das Confederações – que costuma servir de teste para a Copa do Mundo do futebol, marcada para o ano seguinte. Em um primeiro momento, os protestos de rua seguiram o figurino clássico – havia liderança razoavelmente definida (“Movimento Passe Livre”) e uma demanda específica e voltada para combater o aumento abusivo do preço das passagens dos transportes públicos. Na esteira desse movimento, emergiu um novo e mais ágil fenômeno de comunicação: a “Mídia Ninja”, que reportava em tempo real o desenrolar dos protestos, interpelando diretamente a narrativa conservadora das mídias tradicionais.

Aos poucos, o movimento veio a tomar um vulto inesperado, perdendo a feição original para se transformar em gigantescos protestos sem um centro claro de gravidade e sem uma agenda de demandas muito clara. Alguns veículos apontaram que cerca de 2 milhões de pessoas foram às ruas somente no dia 20 de junho daquele ano. O certo é que, naquela ocasião, os que ocupavam as ruas expressavam sua indignação com as denúncias de corrupção, com os gastos considerados excessivos para a preparação dos eventos desportivos e enorme descrença com os poderes públicos em geral. Dois traços marcantes dessas manifestações – principalmente nos grandes atos de protestos – foram o uso dos símbolos nacionais e a interdição à presença de partidos políticos. Boa parte dos que foram às ruas se viu como constituindo a verdadeira nação brasileira. Outro dado fundamental desses protestos foi a presença de núcleos de jovens ativistas que expressaram seu descontentamento por atos de violência explícita, seja contra bancos, seja contra órgãos governamentais. A ação dos *black blocs* acrescentou ingredientes novos nisso tudo.

A literatura especializada, desde então, tem se debruçado sobre esse fenômeno. Para alguns, os protestos deveriam ser explicados pela crise das grandes cidades brasileiras, as quais há décadas vêm acumulando problemas (Maricato, 2013). Para outros, eles seriam a expressão acabada da crescente disjunção entre o sistema político – cada vez mais oligarquizado – e grandes setores da população (Nobre, 2013). O debate especializado permanece (Avritzer, 2015; Braga, 2016). O certo é que os protestos serviram para colocar em xeque o projeto petista de governo e de poder que há 11 anos se mantinha como hegemônico. Passemos para a percepção da Igreja paulista sobre tudo isso.

O São Paulo, na edição n. 3057, de 25 de junho a 1º de julho de 2013, se utilizou da expressão em voga – “O gigante acordou” – para explicitar a posição da publicação e do cardeal sobre os protestos de rua. Vejamos.

Dom Odilo, em seu artigo, viu a vaga de protestos com bons olhos. Segundo ele, o povo, sobretudo os jovens, “cansou-se de ouvir falar em corrupção, impunidade, falta de reforma política, povo que continua pobre na 5ª economia do mundo...”. Os protestos teriam sido “a gota d’água que fez transbordar a medida, que já andava cheia, mas não se percebia e nem se queria levar a sério o grau de insatisfação na Nação verde-amarela”. E concluiu: “O certo é que o ‘Brasil real’ está mostrando insatisfação com o ‘Brasil institucional’. Susto para os políticos [...]. Erro de cálculo para quem acha que estádios caros e suntuosos para a Copa do Mundo são a melhor política pública porque enchem o povo de ufanismo campeão do mundo. [...] Os jovens torcem por um presente de grandeza real para a Pátria amada e idolatrada! Que sejam ouvidos”.

O editorial, nessa mesma edição, acrescentou pouco às observações de dom Odilo. Também defendeu o direito legítimo de manifestação popular, ao mesmo tempo que propugnou pela abertura de negociações entre as partes. Bateu também na tecla de criticar aqueles que usam da violência para descharacterizar o caráter pacífico dos movimentos. No texto, o editorialista mencionou, de forma breve, a resposta que o governo federal dera às manifestações, seja reconhecendo a legitimidade dos protestos, seja propondo uma pauta de medidas no que se refere ao combate à corrupção e aos problemas nos serviços públicos. Por fim, mencionou os gastos astronômicos com os estádios para a Copa do Mundo, a par de estimular o brasileiro a fazer a festa do futebol. “Que ela, porém, não embote nossa consciência cidadã e não nos deixe perder a coragem de exigir tudo que de fato irá dar ao nosso povo uma felicidade que supere em muito a alegria de uma vitória no futebol”.

Ainda nesse número do semanário, foi publicada uma nota oficial da direção CNBB sobre os protestos

intitulada “Ouvir o clamor que vem das ruas”. No documento, a entidade declarou solidariedade às manifestações, desde que pacíficas, que viu como “testemunho de que a solução dos problemas por que passa o povo brasileiro só será possível com a participação de todos”.

O São Paulo noticiou ainda o lançamento de um projeto de iniciativa popular – liderado pela CNBB e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – em defesa de uma reforma política que combata a corrupção nas eleições e garanta ampla liberdade de expressão na internet. O objetivo é recolher 1,5 milhão de assinaturas e fazer com que o projeto seja apreciado no Congresso Nacional.

Nas edições seguintes, o jornal continuou a acompanhar as repercussões políticas dos protestos. No número 3058, de 2 a 8 de julho, *O São Paulo* abriu espaço generoso para noticiar o retorno da discussão da reforma política no país. Para tratar desse assunto, abriu a palavra para Carmem Cecília do Amaral, coordenadora da Pastoral Fé da Arquidiocese, e Francisco Whitaker, militante histórico da luta pela democratização do Estado brasileiro. Ambos defenderam propostas no sentido da criação de novos instrumentos e espaços políticos para fazer valer a soberania popular.

Impeachment e golpe: a derrubada do governo

Dilma Rousseff venceu as eleições presidenciais de 2014 por pequena margem de votos contra o candidato da centro-direita. Depois de três derrotas seguidas, o bloco liderado pelo PSDB havia vislumbrado a possibilidade de finalmente retomar o controle do poder, contando para isso com vasto apoio de segmentos do empresariado, das classes médias das regiões mais ricas do país e com o respaldo dos principais órgãos de comunicação de massa. Os temas-chave que estiveram presentes na campanha oposicionista foram denúncias de corrupção em empresas estatais e a deterioração da situação econômica do país. Dilma defendeu a política econômica do seu governo e assinalou, por diversas vezes, seu compromisso em combater a corrupção.

Três foram os principais problemas enfrentados pela presidente recém-reeleita: (1) O agravamento do quadro econômico e das contas públicas, o que fez com que o governo assumisse como seu a narrativa que combatera na campanha; (2) A crescente divisão entre PT e PMDB, os dois principais partidos da base congressional do governo. Desses embates resultou a constituição de um bloco oposicionista majoritário na Câmara dos Deputados. O PT, por seu turno, não se viu devidamente representado no governo, uma vez que o último passara a adotar o receituário liberal

e o chamado “ajuste fiscal”; (3) A aceleração da investigação na chamada “Operação Lava-Jato” que atingiu diretamente a imagem do PT e do governo.

Foi nesse contexto que começaram a ganhar corpo algumas manifestações de ruas favoráveis ao afastamento da presidente Dilma. Esse processo teve idas e vindas e, inicialmente, encontrou pouca ressonância na classe política ou, pelo menos, em boa parte dela. Dois fatores ajudaram a tornar ainda mais precária a situação do governo: o aprofundamento da crise econômica e social e a divulgação de relatórios parciais de órgãos de controle que colocaram em questão determinados procedimentos relativos à gestão financeira governamental. Com isso, abriu-se uma brecha jurídico-política que poderia servir de base a um pedido de *impeachment* da presidente eleita. Foi nesse quadro de conflito aberto que o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, réu em inúmeros processos, resolveu acolher o pedido de afastamento de Dilma Rousseff, decisão essa que foi referendada pelo órgão em 17 de abril de 2016.

Uma vez mais as ruas passaram a ser ocupadas tanto pelos defensores do afastamento da presidente, como pelos seus defensores. Para os que se posicionavam contra o *impeachment*, Dilma não havia cometido qualquer crime de responsabilidade – condição indispensável para dar base legal ao afastamento da presidente. Portanto, tratava-se de um golpe dos políticos contra o governo.

Finalmente, em maio de 2016, o Senado Federal, por ampla maioria, votou pela admissibilidade do *impeachment* da presidente. Ato contínuo, em agosto, o mesmo órgão referendou o impedimento de Dilma Rousseff. *O São Paulo* cobriu todo esse processo. Vejamos como.

O momento de inflexão na luta pelo impedimento da presidente Dilma Rousseff foi o mês de março de 2016. *Pari passu* ao rápido andamento dos trabalhos legislativos, as ruas passaram a ser ocupadas com amplas manifestações pró e contra o *impeachment*. A cidade de São Paulo tornou-se o termômetro desses movimentos. No dia 13 daquele mês, a manifestação pró-*impeachment* ganhou enormes proporções e passou claro recado ao Congresso Nacional. Dias depois, os movimentos contrários ao impedimento conseguiram realizar importante manifestação em São Paulo e em outras capitais do país. Como ingrediente a alimentar todo esse processo há de se destacar a ação da Justiça Federal do Paraná que esteve prestes a prender Lula – líder-mor do PT. A medida – que se valeu do instituto da condução coercitiva para levá-lo a depor – terminou por dar ainda maior dramaticidade a um processo já radicalizado e polarizado. Serviu para dar fôlego principalmente aos que se opuseram ao *impeachment* que a viram como uma prova de um golpe em andamento. Em razão disso, a palavra de ordem “Não

vai ter golpe” veio a se tornar a marca das manifestações favoráveis ao governo.

O *São Paulo*, em sua linha editorial, procurou manter um tom sóbrio e equidistante desse processo de polarização. Na edição 3093, de 17 a 24 de março, o semanário tratou da crise política e da grande manifestação contra o governo com destaque. Na primeira página, colocou uma foto do protesto encimada pela manchete “CNBB recomenda intenso diálogo diante da crise no Brasil”. Na reportagem de uma página inteira sobre a manifestação, a manchete chama atenção para a grandiosidade do ato – “Manifestação é a maior da história” – e para seu caráter pacífico e apartidário. Registra ainda que políticos da oposição foram hostilizados. A seleção realizada das entrevistas deixa a entender que se trata de um movimento não radical. Tanto é que registra o caráter minoritário dos que defendem o retorno ao regime militar.

No editorial transparece melhor a busca por uma posição ao mesmo tempo equilibrada e afirmativa por parte da arquidiocese. No texto, intitulado “Sim à indignação, não ao ressentimento”, a mensagem foi no sentido de valorizar a justa indignação popular ao mesmo tempo que se deve evitar o ressentimento destrutivo que alimenta o ódio e a violência. Registra o editorial: “Esse misto de indignação e ressentimento é compreensível diante de políticos que, apesar de serem de um partido que sempre defendeu a ética na vida pública, de repente se revelam tão ou mais corruptos que os outros que criticavam. Mas também é compreensível que os membros desse partido tenham essa mesma reação [...] [quando] casos de corrupção dos demais partidos sejam aparentemente esquecidos nesse momento e todos, culpados ou inocentes, caiam na vala comum dos corruptos”.

A proposta do editorial foi a de “purificar esses sentimentos”, impedindo que prevaleça o ressentimento. Por fim, mencionou a nota da CNBB de 10 de março que combate a corrupção e defende o incremento do diálogo. Na referida nota da entidade, os bispos conclamaram por uma ação responsável por parte das instituições e defenderam o respeito à liberdade de manifestação e ao Estado Democrático de Direito.

O número seguinte do jornal – 3094, de 23 a 29 de março – apresenta na primeira página uma foto com manifestações favoráveis ao governo com uma manchete neutra “Milhares vão às ruas contra o *impeachment* de Dilma”. No corpo do semanário, há quatro textos que tratam da crise – uma reportagem de uma página (mesmo espaço que a anterior); o editorial; a coluna “fé e cidadania”; e uma breve entrevista com o cardeal.

Há um balanço interessante nesse número. Quanto à reportagem, foram registrados resumos das falas dos líderes e extratos de entrevistas. No caso do editorial, o

tom é anódino. Sob o título “O que o Brasil precisa”, o texto defendeu uma reforma ética geral e uma mudança de comportamento. Finalizou da seguinte maneira: “O único gesto verdadeiramente patriótico, que poderá mudar o destino do país, é dizer NÃO à corrupção.

Na coluna “Fé e cidadania”, assinada pelo Cônego Antônio Manzatto sob o título “Momentos de definição”, há uma mudança importante de tom e de linguagem, quando o autor explicitamente responsabiliza os “meios de comunicação familiares” por insuflar a crise. Registra: “Sobre eles pesa a irresponsabilidade de noticiário seletivo e de catequese contínua sobre comportamentos que podem ou devem ser assumidos. Como arautos da nova ordem, determinam o que é certo e o que não é, e aí de quem discordar dos seus pontos de vista”.

Manzatto também criticou a postura parcial do Poder Judiciário e dos procuradores. Denuncia: “Não é de hoje que o sistema jurídico brasileiro olha para o que lhe interessa e nem se incomoda com a situação dos pobres”. E conclui assinalando que o Judiciário poderia, sim, ter um papel importante no encaminhamento da crise política. Para isso, segundo o autor, bastava que investigasse a tudo e a todos. “Se não acontecer assim, será difícil escapar da acusação de golpe”.

A entrevista de dom Odilo, por sua vez, segue outro caminho. Nela, o cardeal, depois de concluir para que as manifestações dos dois lados se apresentem respeitosas e pacíficas, fez coro às críticas de setores da imprensa e da oposição a algumas medidas adotadas pela presidente Dilma. Registrhou dom Odilo: “A crise política deixou o governo bastante fragilizado por uma série de circunstâncias, mas também por uma série de decisões equivocadas, como o fato de chamar o ex-presidente Lula para ser ministro da Casa Civil, o que enfraqueceu ainda mais o governo da presidente Dilma”. Ao mesmo tempo, o cardeal chamou a atenção para o fato das instituições democráticas estarem funcionando, o que daria prova do nosso “amadurecimento democrático”.

Na edição 3097, de 13 a 19 de abril, ou seja, na véspera da decisão da admissibilidade do *impeachment* na Câmara dos Deputados, o tema da crise política é abordado em duas ocasiões – no editorial e em uma reportagem sobre as chamadas “pedaladas fiscais”, ou seja, o procedimento utilizado pelo governo Dilma – e por anteriores – de atrasar pagamentos aos bancos públicos e privados com vistas a dar conta das despesas correntes. Esse ponto é importante, pois serviu para fundamentar o pedido de impedimento da presidente que terminou por ser acolhido pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

No primeiro texto, intitulado “Nem peixinhos, nem tubarões”, o tom se volta, uma vez mais, para a defesa dos valores morais e para o combate à corrupção. Sobre a

crise específica, apontou que “caberá ao Judiciário julgar a questão e definir se as acusações procedem ou não”. Já a reportagem tratou tão somente de apresentar os argumentos da oposição e do governo sobre significado das “pedaladas fiscais” para o processo de *impeachment*.

Na edição 3098, de 20 a 26 de abril, o semanário lidou com a aprovação da admissibilidade do impedimento da presidente pela Câmara dos Deputados. Três foram os textos que trataram do tema – o editorial, a reportagem e uma página com textos contra e favoráveis ao *impeachment* assinados por dois juristas.

O editorial adotou uma linguagem marcada por parábolas com vistas a defender ensinamentos morais. Nenhuma palavra sobre o processo em si. O título do texto bem expressa seu conteúdo: “Lições a serem aprendidas”. Vejamos quais seriam elas: (1) A importância da boa escolha dos vice-presidentes; (2) A importância da escolha de boas alianças eleitorais e de governo. Segundo os termos do artigo, caso contrário “passarinho que dorme com morcego acorda de ponta a cabeça”; (3) Não se podem fazer promessas eleitorais que não se podem cumprir; (4) A democracia não é somente o voto. Precisa que as instituições funcionem. Por certo, o editorial jogou nas costas do governo Dilma a responsabilidade pelo *impeachment*.

Os outros dois textos apresentam ao leitor dados sobre os próximos passos do processo de impedimento. Não há análise, entrevistas, repercussões. Na página seguinte, estão estampadas posições abalizadas do jurista Dalmo Dallari contrárias ao impedimento no texto “*Impeachment institucional é golpe*” e do presidente da OAB/SP, favorável ao *impeachment*, no artigo intitulado “*Uma caminhada democrática*”.

Na edição n. 3099, de 27 de abril a 3 de maio, o semanário subiu o tom político quando, em editorial, propugnou pela necessidade de se promover, o quanto antes, o afastamento de Eduardo Cunha da presidência da Câmara dos Deputados, haja vista a suspeição que havia sobre ele e, consequentemente, sobre todo o processo que resultara no impedimento da presidente. *O São Paulo*, na ocasião, fez coro com a estratégia encetada pela grande imprensa que buscava responder às denúncias de que aquele processo não era nada mais do que uma iniciativa política de setores que haviam perdido as eleições de 2014. Dias depois, o Supremo Tribunal Federal (STF) veio a afastar Eduardo Cunha do cargo, aprovando a suspensão do seu mandato.

No número seguinte, 3100, de 4 a 10 de maio, a crise política perdeu centralidade na cobertura do jornal. Há uma reportagem de tom político que trata do problema do aumento do desemprego e breves notas com dados sobre o andamento do processo de impedimento.

Nesse número, é possível destacar o texto assinado pelo cardeal que trata de demarcar a posição da Igreja

frete aos seus concorrentes no vasto campo cristão. O título do artigo é sugestivo: “Eles não foram enviados por nós”, fazendo alusão a uma passagem em que os apóstolos de Jesus não reconhecem os que haviam sido enviados para o trabalho de evangelização e acabaram por causar “perturbações” aos fiéis.

Para o cardeal, cabe à Igreja e aos seus a mensagem da fé. Prega dom Odilo: “Quem interpreta as fontes da fé com autenticidade, sem deixar que se infiltram perturbações ou desorientações no seio da comunidade cristã? É o magistério da Igreja representado pelo Papa e pelos bispos em comunhão com ele. As demais vozes precisam estar em sintonia com essas referências de interpretação segura das fontes da fé”.

Portanto, o foco e a agenda da Igreja Católica de São Paulo – que talvez bem expresse a posição média da Igreja – é esse. Trata-se do combate diuturno com os que perturbam e desorientam o rebanho.

Palavras finais

Para concluir, a título de balanço, voltemos ao roteiro de perguntas que ordenaram este trabalho.

Os poderes instituídos e os principais meios de comunicação foram pegos de surpresa diante dos protestos de junho de 2013. Aturdidos, perceberam aos poucos que se tratava de um fenômeno novo que colocara em xeque o sistema político como um todo.

O semanário da Arquidiocese de São Paulo, desde logo, não tergiversou em assumir uma posição em defesa das grandes manifestações de junho de 2013. Na cobertura, há um tom positivo e discretamente mobilizador. Nada de arroubos. Não há análises mais pormenorizadas daquele fenômeno, a não ser o registro rápido de que se tratava de um conjunto de movimentos de expressão nacional e suprapartidários. Tampouco faltaram alertas às autoridades no sentido de se garantir a ordem pública e a preservação dos poderes instituídos. O cardeal Scherer, em seus pronunciamentos, seguiu por esse mesmo caminho.

Temos um quadro bem mais complexo quando se examina a cobertura do semanário sobre o *impeachment*. Nos editoriais, ao lado da clássica defesa de valores morais cristãos e do combate algo genérico à corrupção, adota-se uma estratégia discursiva de sobrevoar análises de cunho político-partidário com vistas a não comprometer a imagem de isenção do veículo. Destoa desse tom sobranceiro a postura firme do semanário em exigir o imediato afastamento de Eduardo Cunha da presidência da Câmara dos Deputados. O mesmo a dizer do editorial que viu o processo de impedimento como resultado de um conjunto de erros cometidos pelo governo.

Quanto às reportagens, há a preocupação em compor uma cobertura ao mesmo tempo informativa e equilibrada, embora a linguagem apresentada se assemelhe à da grande imprensa, especialmente nas escolhas das notas de conjuntura política. Por sinal, a grande imprensa é sobejamente utilizada como fonte de informação.

A coluna “Fé e cidadania” apresenta um perfil político um pouco mais plural, haja vista a publicação de um texto de um sacerdote católico que denunciou o impedimento da presidente da República como um golpe.

Dom Odilo buscou se apresentar equidistante, mas não se furtou em desferir críticas frontais à gestão da presidente Dilma, assim como deu respaldo à tese de que a crise política fora conduzida sem ferir a chamada “normalidade institucional”. Ao fim e ao cabo, veio a convalidar o *impeachment*.

A segunda leva de questões diz respeito a temas como mediação, recomendação, diagnósticos e prognósticos sobre os eventos em tela. Na leitura do material, percebemos uma Igreja contida e nem um pouco propensa a liderar manifestações ou quaisquer outros movimentos sociais e políticos. Tampouco se situou na posição de mediar conflitos entre as partes, mesmo nos momentos mais agudos das jornadas de junho quando ocorreram protestos violentos. Quanto a diagnósticos e prognósticos, o semanário se apresenta bastante limitado na produção de análises a respeito desses dois eventos-chave da história recente do país. Isso bem expressa uma Igreja mais voltada para o seu quintal e para o controle estrito do seu rebanho. Portanto, temos uma instituição bimilenar produzindo uma narrativa conservadora e pouco disposta a pensar e a responder aos desafios político-sociais que se apresentam à frente.

Um aspecto interessante para se pensar do que aqui foi exposto diz respeito às possíveis mudanças nesse quadro que poderiam – e ainda podem – advir na dinâmica da instituição a partir da eleição de Francisco. Já passados quatro anos do conclave, não é possível notar ainda maior impacto ou mesmo alguma diferença significativa no posicionamento da Igreja brasileira no que concerne às relações com a sociedade em geral. O foco no controle do rebanho e no *institucionalismo* tem sido mantido. Por certo, temos processos em curso e vamos acompanhar se algo poderá mudar caso se coloque no horizonte próximo o agravamento da crise político-social brasileira. A conferir.

Referências

ALLEN Jr., J. 2013. Odilo Pedro Scherer, o papável líder da América Latina. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/171-noticias-2013/517910-odilo-pedro-scherer-o-papavel-lider-da-america-latina->. Acesso em: 02/01/2017.

- AVRITZER, L. 2015. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 153 p.
- BASTOS, L.; MOREL, M.; FERREIRA, T.M.B. da C. (org.). 2006. *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro, CP&A/FAPERJ, 447 p.
- BBC BRASIL. 2013. Com fama de bom gestor, dom Odilo teve ascensão rápida na Igreja. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130309_perfil_odilo_ac Acesso em: 05/01/2017.
- BÉDARIDA, F. 1996. Tempo presente e presença na História. In: M. de M. FERREIRA; J. AMADO (org.), *Usos e abusos de História Oral*. Rio de Janeiro, Editora FGV, p. 219-229.
- BEOZZO, Pe. J.O. 1993. De Medellín a Puebla – Uma década de testemunho e esperança. In: J.O. BEOZZO, *A Igreja do Brasil: De João XXIII a João Paulo II de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis, Vozes, p. 115-150.
- BERSTEIN, S.; MILZA, P. (dir.). 1998. *Axes et méthodes de l'histoire politique*. Paris, PUF, 448 p.
- BRAGA, R. 2016. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: A. SINGER; I. LOUREIRO (org.), *As contradições do lulismo e o retorno da luta de classes*. São Paulo, Boitempo, p. 55-92.
- CANEDO, L.B. (org.). 2005. *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo, Estação Liberdade, 510 p.
- CAPELATO, M.H.; PRADO, M.L. 1980. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”*. São Paulo, Alfa-Ômega, 176 p.
- COUTINHO, S. 2015. Papa Francisco e a Igreja no Brasil: O desafio da conversão pastoral e um novo modelo de Igreja. Entrevista especial com Sérgio Coutinho. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/542659-o-desafio-da-conversao-pastoral-e-de-um-novo-modelo-de-igreja-entrevista-especial-com-sergio-coutinho>. Acesso em: 05/01/2017.
- FADUL, A. 1986. *Os Meios de Comunicação de Massa: um desafio para a Igreja. (“O São Paulo” – 1979-1985)*. São Paulo, SP. Tese de Livre-Docência. Universidade de São Paulo, 297 p.
- FERREIRA, M. de M. 2002. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, 3(5):314-332. <https://doi.org/10.1590/2237-101X003006013>
- FERREIRA, M. de M. 2012. Demandas sociais e história do tempo presente. In: F. VARELLA; H.M. MOLLO; M.H. PEREIRA; S. da MATA (org.), *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro, Editora FGV, p. 101-124.
- FICO, C. 2012. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia Historia*, 28(47):45-59. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752012000100003>
- HERDY, T. 2013. Dom Odilo Scherer segue linha conservadora. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/dom-odilo-scherer-segue-linha-conservadora-7600261>. Acesso em: 04/01/2017.
- HOBSBAWM, E. 1993. Um historien et son temps présent. In: INSTITUT D'HISTORIE DU TEMPS PRESENT, *Écrire du temps présent: en homenage à François Bérard*. Paris, CNRS Éditions, p. 95-102.
- HOLSTON, J. 2013. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 485 p.
- LANZA, F. 2006. *Matrizes ideológicas dos arcebispos paulistanos (1956-1985)*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 253 p.
- LEFORT, C. 1991. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 331 p.

- LEFORT, C. 2010. *A invenção democrática*. Belo Horizonte, Autêntica, 263 p.
- LIBANIO, J.B. 1983. *A volta à grande disciplina*. São Paulo, Loyola, 180 p.
- LUCA, T.R. de. 2008. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: C.B. PINSKY (org.), *Fontes históricas*. São Paulo, Contexto, p. 111-153.
- MARICATO, E. 2013. É a questão urbana, estúpido! In: E. MARICATO et al. (org.), *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram conta do país*. São Paulo, Boitempo/Carta Maior, p. 32-44.
- NOBRE, M. 2013. *Choque da democracia: razões da revolta*. São Paulo, Companhia das Letras, 33 p. [E-book].
- O SÃO PAULO. [s.d.]. Jornal *O São Paulo*. Disponível em: <http://www.arquidiocesedesaopaulo.org.br/jornal-o-sao-paulo>. Acesso em: 15/12/2016.
- OLIVEIRA, F. de; RIZEK, C.S. (org.). 2007. *A era da indeterminação*. São Paulo, Boitempo, 373 p.
- PEREIRA, A.A. 1982. *A Igreja e a censura política à imprensa no Brasil 1968-1979: com particular atenção à censura ao semanário arquidiocesano "O São Paulo"*. Roma, Itália. Tese de doutorado. Centro Internazionale per gli Studi sull'Opinione Pubblica, 204 p.
- PROST, A. 1993. Por une historie sociale du temps présent. 1993. In: INSTITUT D'HISTORIE DU TEMPS PRÉSENT, *Écrire du temps présent: en homenage à François Bérarida*. Paris, CNRS Éditions, p. 355-359.
- PRZEWORSKI, A. 1994. *Democracia e mercado no Leste europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994, 270 p.
- RANCIÈRE, J. 2014. *Ódio à democracia*. São Paulo, Boitempo, 125 p.
- RÉMOND, R. (org.). 1996. *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 455 p.
- ROSANVALLON, P. 2010. *Por uma história do político*. São Paulo, Alameda, 101 p.
- SANTOS, W.G. do. 1998. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro, Rocco, 192 p.
- SANTOS, W.G. dos. 2006. *Horizonte do desejo: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 202 p.
- SANTOS, W.G. dos. 2017. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 187 p.
- SOUZA, L.A.G. de. 2004. As várias faces da Igreja Católica. *Estudos Avançados*, 52:77-95. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000300007>
- SYDOW, E.; FERRI, M. 1999. *Dom Paulo Evaristo Arns: Um homem amado e perseguido*. Petrópolis, Vozes, 423 p.
- WEBER, S. 2009. *Jornal "O Santuário": onde e como o institucional e o comunitário se encontram*. São Leopoldo, RS. Dissertação de mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 220 p.

Submetido: 23/01/2017

Aceito: 02/11/2017